



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP/PA

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO – CRP 10.

Aos Ilmos.(as) Srs.(as)
Presidente(a) e Diretores(as) Executivos(as) do
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 10ª REGIÃO/PA
Administração Regional de Belém - CNPJ: 37.115.540/0001-20
Av. Generalíssimo Deodoro, 511. Umarizal.
Belém-PA.

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região –
CRP 10.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 10** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2019, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2 METODOLOGIA	4
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM	4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	5
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	8
2.2 MATRIZ DE RISCO	9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS.....	100
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS.....	184
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS.....	15
6. DIÁRIAS E JETONS	15
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	17
8. LICITAÇÕES.....	18
9. OUTROS ASSUNTOS.....	19
10. CONCLUSÃO	20

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP PA**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2019, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

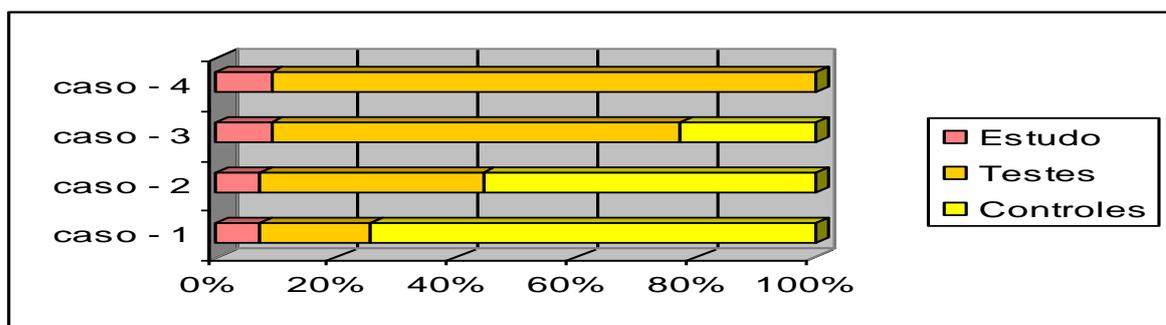
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFP/CRP;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFP/CRP.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Verificação da documentação suporte;

- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.
- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)

- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

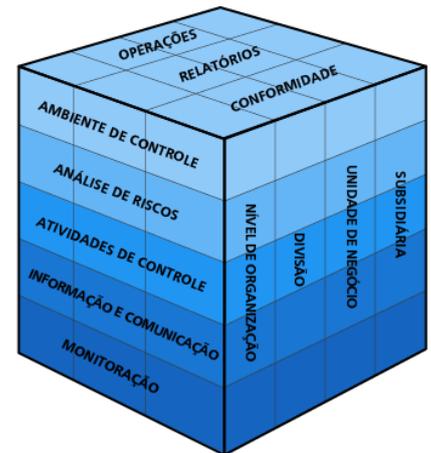
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO (CRP-10) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais no estado do Pará, em defesa da sociedade.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2019, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão				2	3	4	5
Regulação					3	4	5
Processos						4	5
Licitações							5
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Escala de Nível de Risco				
Níveis	Pontuação			
RC - Risco Crítico	13 a 25			
RA - Risco Alto	7 a 12			
RM - Risco Moderado	4 a 6			
RP - Risco Pequeno	1 a 3			

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **59,6%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação negativa de **R\$ 27.602,62**, equivalentes a **1,1%** de diminuição em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco” do ponto de vista quantitativo, mas com uma variação horizontal pouco expressiva.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	2.572.068,94	59,6	2.599.671,56	76,7	-27.602,62	-1,1
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.495.194,61	34,6	1.304.983,89	38,5	190.210,72	14,6
Créditos a Curto Prazo	1.002.967,53	23,2	1.232.309,57	36,4	-229.342,04	0,0
Contribuições a Receber	1.609.087,44	37,3	2.027.989,82	59,8	-418.902,38	-20,7
(-) Ajuste de Perdas de Créditos	-606.119,91	-14,0	-795.680,25	-23,5	189.560,34	-23,8
Demais Créditos a Curto Prazo	44.398,55	1,0	43.019,77	1,3	1.378,78	3,2
Estoques	29.508,25	0,7	19.358,33	0,6	10.149,92	52,4

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações Financeiras, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **90%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo.

- ✓ **Controles Internos**
As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil.
- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o razão contábil, além da realização de circularização junto às instituições financeiras nas quais o Conselho mantém seus ativos financeiros.

✓ **Constatações**

Verificamos que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não identificados pela contabilidade, são registradas pela contabilidade no Banco, à Crédito da Conta de Passivo 2.1.8.9.3.01 - Recebimentos de Origem Não Identificada. A rotina contábil atualmente utilizada gera a impressão de compatibilidade entre os saldos dos extratos bancários quando comparados ao Balanço Patrimonial. Esse assunto foi objeto de Nota Explicativa, conforme transcrevemos abaixo:

Devido a problemas de parametrização entre a Implanta Informática (desenvolvedora e gestora do sistema informatizado de registro das receitas, utilizado por este CRP 10) e o Banco do Brasil S.A., ocorreu a geração de informações de receitas sem a identificação de suas origens o que levou a adoção da conta de Receitas - Outras Receitas Diversas e a criação e utilização da conta do Passivo - Recebimentos de Origem Não Identificada, para os seus respectivos lançamentos.

Dentre os valores registrados nas contas contábeis relativos às disponibilidades mantidas junto às Instituições Financeiras, a tabela abaixo expõe o resultado dos testes de auditoria empregados. Revelando que para as 7 Contas Bancárias listadas na parte inferior da tabela, não foram apresentados os extratos para fins de cotejamento. Essa restrição representa a impossibilidade de obtenção de evidência auditoria apropriada e suficiente por parte dos auditores e a soma dos valores não confirmados representa 10% do total do saldo mantido em Banco.

Conta	Saldo	Resultado dos Testes Realizados
1.1.1.1.1.01.01 - Banco do Brasil S/A - C/c 709006-4 - Pará	12.097,55	Saldo Banco = Saldo Contabilidade
1.1.1.1.1.01.03 - Banco do Brasil S/A - C/c 101226-6 - Amapá	0,00	
1.1.1.1.1.02.01 - Banco do Brasil S/A - C/c 709003-X	7.608,74	
1.1.1.1.2.01.07 - Bancos do Brasil C/p 101226-2 / 01 Ag 1674-8	56.820,31	
1.1.1.1.2.01.08 - Bancos do Brasil C/p 101226-2 / 51 Ag 1674-8	41.791,59	
1.1.1.1.2.02.04 - Fundo de Investimento BB 709003-X Ag 1674-8	1.218.477,52	
1.1.1.1.1.02.02 - Mercado Pago - Cartão	74.031,98	
1.1.1.1.1.02.03 - Banco do Brasil S/A - C/c 37.115-7	34.870,10	
1.1.1.1.2.01.01 - Bancos do Brasil C/p 1226-2 / 01	1,00	
1.1.1.1.2.01.02 - Banco do Brasil S/A - c/Poupança	39.091,51	
1.1.1.1.2.01.03 - Bancos do Brasil C/p 1226-2 / 51	223,31	
1.1.1.1.2.02.02 - Torcida Brasil PU589-50	10.000,00	
1.1.1.1.2.02.03 - Ourocap Unico 36 PU36H-20	0,00	

✓ **Opinião**

Recomenda-se que as discrepâncias entre Banco e Razão, sejam apontadas e controladas em formulários/planilhas – Conciliações Bancárias – contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

Relativamente aos extratos bancários não apresentados das 7 contas bancárias, que representam 10% dos valores mantidos em bancos, somos de opinião de que as distorções existentes, caso haja, são relevantes, mas não generalizadas para o todo das demonstrações contábeis.

Em razão do que foi exposto acima, é possível concluir que as deficiências encontradas demonstram que os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Disponível nos pareceram insuficientes para salvaguardar os ativos do Regional, de modo que não é possível afirmar que os valores gravados encontram-se livres de distorção.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas às “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”, principal fonte de receita da Autarquia.

✓ Procedimentos de Auditoria

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2019 e 2018, para analisar a evolução das aludidas contas como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber. Focamos nossos procedimentos sobre as Contas de Anuidades de Pessoas Físicas, uma vez que apresentam maior volume de transações.

✓ Constatações

Constatamos que o lançamento contábil de reconhecimento da receita orçamentária com “Anuidades Pessoa Física – Exercícios Anteriores”, realizado no início do exercício na conta contábil 1.1.2.2.1.03, teve como parâmetro o saldo final da conta Anuidades do Exercício PF (R\$ 740.166,09). Esse procedimento reflete de maneira mais adequada o aspecto anual da receita orçamentária (o reconhecimento de anuidades de exercícios anteriores representa fato permutativo, sob a ótica patrimonial, já que o direito originário para a cobrança das anuidades já foi reconhecido anteriormente).

Verificamos que o lançamento contábil nº 506, em 02/01/2019, que registra na conta 1.1.2.2.1.01 Anuidades do Exercício Pessoa Física a previsão da receita de anuidades no valor de R\$ 2.064.798,83, não está de acordo com a peça orçamentária, onde o valor previsto para essa rubrica é de R\$ 985.713,33.

Constatamos, ainda, que o movimento credor registrado na conta 1.1.2.2.1.01 Anuidades do Exercício Pessoa Física, do Balanço Patrimonial, foi no montante de R\$ 1.341.900,12. A essa movimentação deveria corresponder a Receita Realizada, constante no Balanço Orçamentário, todavia o valor registrado é de R\$ 1.261.876,98. Gerando uma diferença não conciliada de R\$ 80.023,14.

Esse desprendimento entre a informação patrimonial e orçamentária pode estar sendo gerado a partir de inconsistências na contabilização dos fatos contábeis que envolvem essas contas. Conforme demonstrado a seguir, a partir de uma análise do razão da conta **Anuidades do Exercício PF**, encontramos uma série de lançamentos estranhos à função da conta:

Data	Lanc	Histórico	Crédito
Conta: 1.1.2.2.1.01 - Anuidades do Exercício Pessoa Física			
12/02/2019	2129	Anuidades de Exercícios Anteriores - Pessoa Física	2.970,51
02/05/2019	12298	Juros sobre Anuidades do Exercício - Pessoa Física	11,48
31/05/2019	20018	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 05/2019 da conta 709003-X	8.184,36
28/06/2019	20019	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 06/2019 da conta 709003-X	7.249,70
31/07/2019	20020	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 07/2019 da conta 709003-X	8.807,37
30/08/2019	20021	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 08/2019 da conta 709003-X	7.708,20
19/09/2019	15016	Juros sobre Anuidades de Exercícios Anteriores - Pessoa jurídica	127,66
30/09/2019	20022	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 09/2019 da conta 709003-X	6.314,79
03/10/2019	18243	Taxa de Inscrição - Pessoa Física	89,77
03/10/2019	18507	Anuidades de Exercícios Anteriores - Pessoa Física	1.311,09
29/11/2019	20118	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 11/2019 da conta 709003-X	4.186,11
13/12/2019	16744	Expedição de Certidão Pessoa Física. O recebimento foi através de operação com cartão, Nº profissional 2425.	17,81
30/12/2019	20119	Rendimento Bruto de Investimentos, referente ao mês de 12/2019 da conta 709003-X	4.053,14

Essas discrepâncias acarretam, ainda, na divergência dos saldos finais de Anuidades a Receber (Pessoa Física/Jurídica, Exercício Anterior e Do Exercício) constantes em Balanço Orçamentário e Balanço Patrimonial, o que indica a possibilidade de utilização de parâmetros inadequados para contabilização das receitas.

Relativamente aos Ajustes para Perdas no Recebimento de Créditos, observamos que os critérios adotados pelo Regional para estimar as possíveis perdas alteraram, conforme consta em Nota Explicativa, abaixo transcrita:

Destacam-se as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 606.119,91, (composta pelos créditos tributários não arrecadados de 2019, como anuidade de pessoa física no valor de R\$ 544.554,77, anuidade de pessoa jurídica no valor de R\$ 52.114,41e fundo de seções no valor de R\$ 9.450,73), valores estes que passam para a cobrança ativa no intuito de recuperação dos mesmos.

Até o exercício de 2018, o Regional utilizava como critério o índice de 39,25% sobre o valor a receber. Coeficiente que fora alcançado através da utilização da média aritmética da inadimplência dos últimos três exercícios.

Observamos, ainda, que as Perdas estimadas dos Créditos e Receber representa 38% do valor total realizável, já as Perdas sobre os créditos inscritos em Dívida Ativa está fixada em 18% do valor total inscrito. Não obtivemos evidência de auditoria robusta o bastante para concluir que as estimativas utilizadas pelo Regional estão livres de distorção. Verificamos, a partir de *benchmark* realizado com outras entidades, que **os créditos de Dívida Ativa geralmente possuem uma expectativa de não recebimento significativamente maior do que os Créditos que ainda se encontram em cobrança administrativa.**

✓ **Opinião**

A partir de nossos testes de auditoria aplicados, é possível concluir que as ações operacionais do Regional no que se refere à gestão financeira estão sendo desenvolvidas a contento. Como evidência de auditoria, analisamos vários relatórios subsidiários que servem para conciliação e compatibilização das informações oriundas dos bancos em contraposição aos banco de dados do Conselho.

Todavia, conforme constatações realizadas, é possível concluir que há falhas na interface entre os sistemas Financeiro, Contábil e Orçamentário, o que contribui para as divergências encontradas nas informações constantes nos demonstrativos contábeis e subtrai da informação contábil a característica qualitativa da confiabilidade. A falta de bases confiáveis para as estimativas das perdas no recebimento desses créditos é outro fator que nos impede de avaliar que as informações se encontram livres de distorções relevantes.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **1%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 1.378,78**, equivalentes a um aumento de **3,2%** em relação ao exercício anterior. O saldo do grupo é composto pelos Tributos a Recuperar e pelos saldos de Suprimentos de Fundos em aberto em 31 de dezembro.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2019 e 2018, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, constatamos a existência de saldos relativos a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte a Recuperar. Não recebemos informações relativas ao controle de prescritibilidade desses créditos, o que nos impossibilita concluir pela inexistência de valores indevidos relativos à créditos já prescritos.

Em relação aos saldos de Suprimento de Fundos, constatamos que estão registrados em contas contábeis valores relativos a concessões realizadas em exercícios passados que ainda se encontram em aberto. O motivo dos saldos remanescentes pode se originar tanto em processos de suprimento de fundos que tiveram sua prestação de contas glosadas, como em processos que sequer foram prestadas as contas regularmente.

A partir da análise da movimentação das contas, é possível obter uma visão geral de que os esforços empreendidos pelo Regional não têm sido suficientes para mitigar o efeito da ausência de controles sobre os valores concedidos no passado. Nota-se que a maior parte dos valores (grifados em vermelho) permanecem em aberto, sem nenhuma movimentação; outra parte significativa (em preto) apesar de apresentar alguma movimentação, continuam com saldos remanescentes; e uma parcela muito pequena (grifada em azul) teve sua concessão e prestação de contas regularmente realizadas no exercício sob análise.

Conta	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
1.1.3.8.4.01.04 - Everaldo Trindade	26,80D	0,00	0,00	26,80D
1.1.3.8.4.01.06 - Letícia Palheta	100,00D	203,70	200,00	103,70D
1.1.3.8.4.01.08 - COF/COE	100,00D	0,00	0,00	100,00D

1.1.3.8.4.01.09 - Danieli Lameira	215,21D	200,00	0,00	415,21D
1.1.3.8.4.01.11 - Amanda Vianna	82,63D	4.200,00	4.200,00	82,63D
1.1.3.8.4.01.12 - Jureuda Guerra	550,00D	0,00	0,00	550,00D
1.1.3.8.4.01.14 - Priscila Albuquerque	5,11D	0,00	0,00	5,11D
1.1.3.8.4.01.15 - Willivane Melo	200,00D	0,00	0,00	200,00D
1.1.3.8.4.01.17 - Ozielea Costa	70,73D	1,44	0,00	72,17D
1.1.3.8.4.01.18 - Luiz Caldeira	600,00D	0,00	0,00	600,00D
1.1.3.8.4.01.19 - Leticia Gardenia	271,80D	0,16	0,00	271,96D
1.1.3.8.4.01.20 - Giane Souza	70,28D	0,00	0,00	70,28D
1.1.3.8.4.01.23 - Nara De Bastiani Paixão	400,00D	752,16	200,00	952,16D
1.1.3.8.4.01.28 - Roberta Priscila C Branco	200,00D	200,00	200,00	200,00D
1.1.3.8.4.01.29 - Rose Mara Ruiz	0,00	400,00	200,00	200,00D
1.1.3.8.4.01.30 - Antonio A. Silva	0,00	50,00	50,00	0,00
1.1.3.8.4.02.01 - Ruth Nara	371,35D	470,91	400,00	442,26D
1.1.3.8.4.02.04 - Carla Isadora	0,00	400,00	400,00	0,00

✓ Opinião

Atendendo à recomendação de auditoria, o Regional unificou os registros dos Suprimentos de Fundos no subtítulo 1.1.3.8.4 – RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO, que integra o subgrupo 1.1.3 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO, conferindo padronização às informações constantes em Demonstrações Contábeis.

Sugerimos que seja implementada a conciliação de saldos alongados nas contas de Suprimentos de Fundos, a fim de identificar possíveis incorreções de lançamentos contábeis em exercícios passados, ou suprimentos que ainda estejam pendentes de prestação de contas por parte dos Agentes Supridos.

É importante que o Regional seja diligente na busca pela regularização dos saldos de suprimento de fundos em aberto, uma vez que, de acordo com a Norma 05 – Suprimento de Fundo, em caso da não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado no ato de concessão ou de prorrogação, o responsável deverá comunicar ao Tesoureiro, para proceder à tomada de contas, conforme estabelecido na Lei 8.443/92.

3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído. Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **40,4%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 954.684,60** equivalentes a um percentual de **121%** em relação

ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.743.627,04	40,4	788.942,44	23,3	954.684,60	121,0
Ativo Realizável a Longo Prazo	638.350,88	14,8	103.786,61	3,1	534.564,27	515,1
Créditos a Longo Prazo	592.568,14	13,7	47.803,87	1,4	544.764,27	1.139,6
Anuidades a Receber	725.610,12	16,8	610.846,96	18,0	114.763,16	18,8
(-) Ajuste de Perdas de Créditos	-133.041,98	-3,1	-563.043,09	-16,6	430.001,11	-76,4
Demais Créditos a Longo Prazo	45.782,74	1,1	45.782,74	1,4	0,00	0,0
Estoques	-	0,0	10.200,00	0,3	-10.200,00	-100,0
Imobilizado	1.105.276,16	25,6	685.155,83	20,2	420.120,33	61,3
Bens Móveis	333.404,82	7,7	253.199,88	7,5	80.204,94	31,7
Bens Imóveis	775.928,20	18,0	432.079,15	12,8	343.849,05	79,6
(-) Depreciação Acumulada	-4.056,86	-0,1	-123,20	0,0	-3.933,66	3.192,9

3.2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo de R\$ 103.786,61 constante nesse grupo, é integrado pelo valor de R\$ 47.80387, relativo ao saldo de Dívida Ativa, R\$ 45.782,74 relativo ao processo de dano no qual o CRP/PA figura como autor e que encontra-se em andamento na Justiça, e R\$ 10.200,00 referente aos custos com elaboração do Projeto Básico para a reforma predial da sede do CRP/PA.

✓ **Constatações**

Houve o reconhecimento de direitos relacionados à cobrança de Dívida Ativa no montante de R\$ 592.676,94, saldo este retificado no valor de - R\$ 563.043,09, relativos à Provisão para Perdas de Dívida Ativa executiva à Longo Prazo.

✓ **Opinião**

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as **perdas esperadas referentes à dívida ativa foram registradas por meio de uma conta redutora do ativo.**

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **25,6%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **61%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 420.120,33**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco relativo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

O Imobilizado do Regional encontra-se distribuído nas seguintes Classes:

IMOBILIZADO	1.105.276,16D
BENS MÓVEIS	333.404,82D
Móveis e Utensílios	146.282,12D
Máquinas e Equipamentos	85.590,71D
Instalações	7.815,00D
Utensílios de Copa e Cozinha	1.886,00D
Equipamentos de Informática	75.403,73D
Sistemas de Processamento de	4.117,55D
Biblioteca	118,14D
Outros Bens Móveis	3.209,57D
Equipamentos Diversos	8.982,00D
BENS IMÓVEIS	775.928,20D
Edifícios	422.759,15D
Obras em andamento	349.949,05D
Reformas	3.220,00D

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validar os valores constantes em Demonstrações Contábeis, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo do grupo, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

O incremento de 60% no saldo do Imobilizado está relacionado às aquisições de Bens Móveis, no montante de R\$ 80.204,94, e à realização de Obras na sede do Conselho, registrada em Balancete no valor de R\$ 343.849,05.

Verificamos que a obra de construção do Auditório, na sede do Conselho, realizada pela empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELLI, foi concluída no mês de SETEMBRO de 2019, todavia o valor permanece registrado na Conta 1.2.3.2.1.04 - Obras em Andamento, não tendo sido incorporado ao saldo da conta Edifícios. Por conseguinte, não estão sendo gerados valores de depreciação sobre o Imóvel do Regional, o que impacta diretamente a apuração do resultado, já que deixa de reconhecer as despesas de depreciação.

O CRP 10ª Região mantém controle patrimonial precário sobre o seu acervo. Há pouca informação sobre os bens incorporados anteriores ao exercício de 2018. O que levava o Regional a ignorar as variações patrimoniais relacionadas ao Imobilizado, sob o pretexto de que em um momento oportuno seria contratada empresa especializada para executar a reavaliação dos bens patrimoniais da instituição.

Em 2019, seguindo recomendações da auditoria, a administração do Regional empreendeu esforços visando à identificação, ao controle e ao registro dos atos e fatos contábeis relativos ao controle do seu Imobilizado, notadamente dos Bens Móveis. Não obstante o exposto, constatamos, através da análise dos controles auxiliares do Regional, que o CRN/10 mantém controle sobre os seguintes grupos de Bens móveis, com seus respectivos valores:

CONTA	Valor
Móveis e Utensílios	R\$ 32.796,85
Equipamentos de Informatica	R\$ 11.686,59
Máquinas e Equipamentos	R\$ 19.928,05
Outros Bens Móveis	R\$ 350,00
Total	R\$ 64.761,49

O que nos parece contraditório, é que o valor total de Bens Móveis que constam nos controles auxiliares é inferior ao montante de Bens Móveis adquiridos no exercício, transparecendo a impressão de que o Regional não tem tido capacidade sequer de controlar os itens recentemente incorporados ao seu patrimônio.

✓ **Opinião**

Recomenda-se envidar esforços para registrar as depreciações com base no estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **1,4%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 34.285,45**, equivalentes a um aumento de **129%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	60.761,09	1,4	26.475,64	0,8	34.285,45	129,5
Obrigações Trab. Prev. E Assist. a CP	20.544,04	0,5	19.327,15	0,6	1.216,89	6,3
Empréstimos a Financ. a Curto Prazo	1.608,15	0,0	1.608,15	0,0	0,00	0,0
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22.100,20	0,5	5.156,59	0,2	16.943,61	328,6
Obrigações a Outros Entes	383,75	0,0	383,75	0,0	0,00	0,0
Demais Obrigações	16.124,95	0,4	-	0,0	16.124,95	0,0

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP/PA.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

✓ **Constatações**

O saldo de R\$ 1.608,15 registrado no grupo se refere a valores de Despesas de Suprimento a comprovar. O assunto foi abordado no item 3.1.3 deste Relatório.

4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Encaminhamos Carta de Circularização solicitando Relatório do Departamento Jurídico, firmado por advogado constando número de registro na OAB acompanhado com respectiva certidão de regularidade profissional, contendo discriminação das demandas judiciais nas quais figure o CRP/CFP conforme o caso como Autora ou Ré, informando, Data, N° do Processo, Parte Litigante, Motivo, Valor da Causa, Valor de Provável Acordo, e Parecer acerca das expectativas da sentença, classificando em Provável, Possível e ou Remota probabilidade de desfecho desfavorável para o contratante conforme NBC-TG-25.

✓ **Constatações**

De acordo com norma NBC-TG-25, foi realizada a classificação das Ações de Execução Fiscal de acordos com a etapa do processo, em possível com possibilidade desfecho em 12 meses, provável com desfecho em até 24 meses e remota sem prazo para conclusão, conforme quadro abaixo.

Classificação (NBC TG 25)	Qtde de Processos	Valor (R\$)	Percentual
Remota	4	9.690,04	16%
Possível	19	43.300,50	72%
Provável	3	6.977,77	12%
TOTAL	26	59.968,31	100%

Foram protocolados 26 processos, totalizando R\$ 59.968,31, dos quais 12% foram classificados como Prováveis, o que, segundo a NBC TG 25, ensejaria o reconhecimento de Provisões no Passivo da entidade, e 72% dos valores foram classificados como "Possível", devendo ser consignado em Notas explicativas.

✓ **Opinião**

Somos de opinião de que os procedimentos atualmente adotados pelo Regional não estão de acordo com as melhores práticas contábeis atualmente aceitas. Por esse motivo, recomendamos que o Regional passe a adotar os critérios estabelecidos nos normativos já citados para melhor realizar os reconhecimentos de seus Passivos Contingentes.

Entretanto, as distorções geradas são irrelevantes para o todo das demonstrações contábeis não sendo motivo para que modifiquemos nossa opinião em razão desses assuntos. O que não exige a administração de implementar o devido tratamento contábil para tais informações.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **98,6%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **26,6%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
TOTAL DO PASSIVO	60.761,09	1,4	26.475,64	0,8	34.285,45	129,5
Resultados Acumulados	4.254.934,89	98,6	3.362.138,36	99,2	892.796,53	26,6
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.254.934,89	98,6	3.362.138,36	99,2	892.796,53	26,6
TOTAL	4.315.695,98		3.388.614,00		927.081,98	27,4

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

Verificamos movimentos a débito na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores, o que enseja a obrigatoriedade de constituição de Nota Explicativa específica sobre o assunto, conforme

preconiza a Letra h, do inciso IV, § 5º do Artigo 176 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.941/09, entretanto, os motivos que ensejaram os ajustes registrados não foram consignados nas Notas divulgadas.

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

De uma forma geral, não identificamos inconsistências que representam riscos significativos ao Conselho. Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

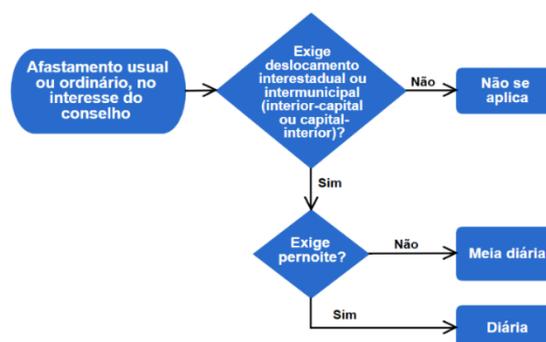
6. DIÁRIAS E JETONS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias, Jetons e Auxílio Representação estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

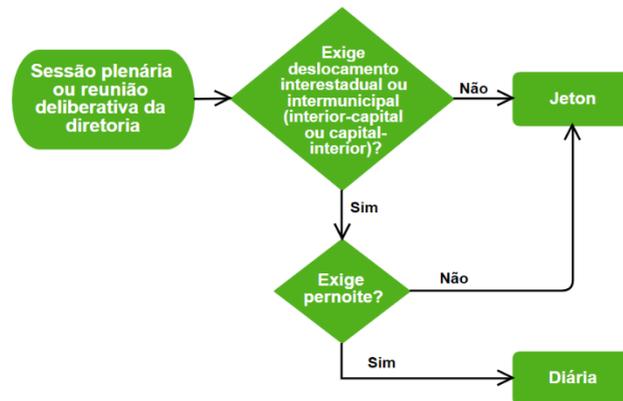
Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



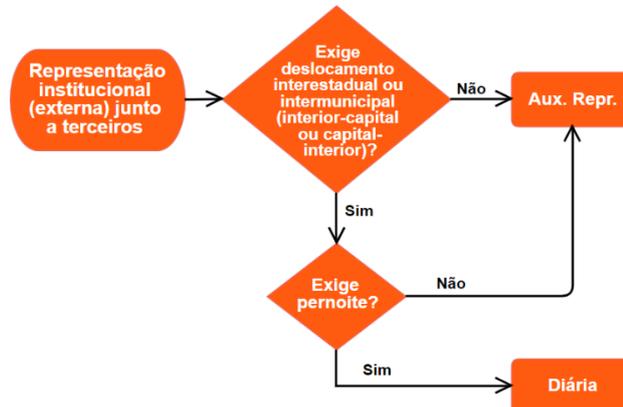
Jetons

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:



Auxílio Representação

O auxílio representação é uma modalidade de indenização utilizada para cobrir despesas com alimentação e deslocamento urbano decorrentes das atividades externas de representação institucional junto a terceiros, realizadas por conselheiros ou representantes formalmente designados.



✓ **Opinião**

Constatamos que o Regional realiza, através da atuação da Comissão de Tomadas de Contas, do Encarregado do Setor Financeiro e do Assistente Contábil, o controle sobre a concessão de valores de ajudas de custos e diárias.

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os controles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados, carecendo de melhoria apenas na formalização dos controles.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de fevereiro, julho, setembro e dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
 - Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
 - Analisamos as férias pagas;
 - Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
 - Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.
- ✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário**;
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

9. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e

tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 25 (vinte e cinco) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Regional de Psicologia – CRP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Belém/PA, 24 de agosto de 2021.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PA

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PA


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PA



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br